

Aval do Bird ajudaria País, diz Bresser

Depois de ter recebido um "famoso não" do secretário do Tesouro norte-americano, James Baker, o ministro da Fazenda mostrou-se ontem satisfeito ao comentar a possibilidade de o Banco Mundial avalizar sua proposta de renegociação da dívida externa. Ao comentar a entrevista do presidente do Bird, Barber Canable, em que reconhece ser possível este aval, o ministro Luiz Carlos Bresser Pereira afirmou que tal decisão favoreceria substancialmente a posição brasileira na tentativa de reestruturar sua dívida externa, substituindo parte dela por títulos com juros fixos e negociando o restante do estoque com condições mais favoráveis e spread zero.

Bresser Pereira salientou, entretanto, que o aval do Bird depende de uma decisão política dos governos dos países credores, o que ainda não existe, ou então de uma definição do próprio banco, no sentido de oferecer garantia parcial: o Bird poderia avalizar apenas o pagamento dos juros e não do principal, ou então funcionar como um truste, guardando recursos depositados pelo Brasil como garantia para o pagamento de longo prazo dos títulos.

Quanto à informação de que três grandes bancos credores teriam decidido capitalizar os juros devidos em 87, ou seja incorporá-los ao principal para não contabilizar prejuízos, Bresser Pereira disse acreditar que tenha havido equívoco (ver ao lado). "Não tenho qualquer informação nesse sentido mesmo porque não existe nada a respeito de US\$ 7,5 bilhões, conforme diz a notícia", afirmou. O ministro advertiu, também, quanto à decisão de governo brasileiro de negociar com soberania, tentando obter condições favoráveis ("spread zero é possível, como também um acordo sem a interferência do Fundo Monetário Internacional") e sem se preocupar com questões de prazo. "A negociação será prolongada e difícil", afirmou ele, fazendo em

seguida um apelo à união nacional em favor da posição brasileira.

Nesse sentido, Luiz Carlos Bresser Pereira garantiu que não cogita suspender a moratória, antes de obter um avanço nas negociações com os credores. "Os banqueiros já estão sabendo disso e tenho certeza de que chegaremos a um acordo", acrescentou, frisando que o País tem boa vontade em discutir o problema da dívida, mas esta boa vontade não pode significar a suspensão da moratória, porque isso é contra os interesses do Brasil.

Bresser Pereira abordou longamente a questão da dívida durante encontro com sindicalistas na cidade de Salto, no Interior do Estado, onde reconheceu que a desaprovação de sua proposta pelo secretário do Tesouro norte-americano custou-lhe um "certo desgaste". Mas voltou a fazer um apelo em favor da união nacional em torno do maior problema que o País enfrenta no momento. Bresser disse que a dívida é responsável pela falta de investimentos na economia brasileira e pelas constantes crises recessivas e a inflação. Disse também já ter recebido o apoio dos empresários quanto à postura do governo nas discussões com os credores.

SALÁRIOS

Falando sobre os salários, o ministro da Fazenda fez uma defesa do novo mecanismo de reajustes e pediu aos dirigentes sindicais prudência na discussão de suas reivindicações. "A lei salarial não proíbe aumentos acima da inflação, apenas o seu repasse aos preços e nas negociações o que deve ser observado é o desempenho e o lucro da empresa, para que os aumentos não sejam inflacionários", afirmou.

O ministro negou estar sofrendo pressões do empresariado para ampliar o processo de flexibilização de preços: "Até onde eu sei eles estão satisfeitos, porque as promessas estão sendo cumpridas". (J.A.)



Newton Aguiar

Bresser: decisão depende dos governos de países credores